

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

INVERSIÓN Y COOPERACIÓN

**CUSTOS CONTABILIZÁVEIS E DE OPORTUNIDADE:
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NUMA PERSPECTIVA
EDUCACIONAL**

José Raimundo Oliveira Lima¹
Sandra Maria Cerqueira da Silva Mattos²
Luiz Ivan dos Santos Silva³

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – joseraimundouefs@hotmail.com

² Professora Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – mestsandra@yahoo.com.br.

³ Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – luizivan@oi.com.br

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em abordar as principais diferenças entre *custos contabilizáveis* (contábeis) e *custos de oportunidade* (econômicos), bem como tecer uma reflexão sobre a aplicação do conceito do *custo de oportunidade* tangenciado o setor educacional.

A utilização adequada do conceito do *custo de oportunidade* correlacionada ao âmbito contábil pode proporcionar um instrumento de suporte nas decisões dos gestores da empresa de qualquer área. Isto se torna possível, uma vez que o sistema contábil tradicional se limita em registrar os valores históricos puros ou valores corrigidos, sem, contudo, contemplar informações sobre os possíveis resultados na aplicação de recursos em usos alternativos.

Este trabalho surge da necessidade de melhor esclarecer o entendimento contábil e o econômico a cerca do tema custo, bem como inseri-los numa perspectiva educacional. Nesse sentido, recorreu-se à bibliografia da área em gestão: contabilidade de custos, economia e custos na educação, bem como ao debate e às reflexões em grupo informal de estudo da disciplina Economia e Educação da Pós-Graduação da UFBA e do Grupo Gestão da Educação da Faculdade de Tecnologia e Ciências-Feira de Santana.

Na primeira parte desse trabalho, serão feitas considerações sobre os custos de oportunidades e sobre os custos contabilizáveis, bem como a relação operacional existente entre estes. Na segunda, será feita uma reflexão acerca dos custos de oportunidade aplicados à educação. Nas considerações finais procura-se apontar algumas considerações sobre a importância dos custos, tanto contabilizáveis quanto dos custos de oportunidade, principalmente, sua atuação conjunta em qualquer área organizacional, e necessariamente, trazê-lo às organizações educacionais.

1. Custos de oportunidade e custos contabilizáveis

No contexto econômico os *custos de oportunidade* são claramente diferenciados dos *custos contabilizáveis*. Notadamente, os *custos contabilizáveis* são os custos históricos que envolvem os gastos correntes, mais os gastos oriundos da depreciação dos equipamentos de capital incorridos no processo de fabricação de um produto ou na prestação de serviços. Por outro lado, os *custos de oportunidades*, também chamados de *custos econômicos*, são custos associados às oportunidades perdidas, quando os recursos de uma organização não são utilizados de forma a produzir o maior valor possível. É bom lembrar que estes também são chamados de *custos alternativos*, por estimar a partir do que poderia ser ganho no melhor uso alternativo.

Os economistas tratam os custos de forma diferente dos contadores, pois que tendem a ter uma visão perspectiva, na qual se preocupam com os custos que poderão ocorrer no futuro, com a alocação de recursos escassos, de acordo com os critérios que serão utilizados pela empresa para reduzir os seus custos e melhorar a sua lucratividade. Na verdade, eles têm sempre em mente os custos econômicos, os quais estão associados às oportunidades perdidas.

Os contadores, de outra forma, tendem a ter uma visão retrospectiva, por meio da qual se preocupam em manter sob controle os ativos e passivos, bem como

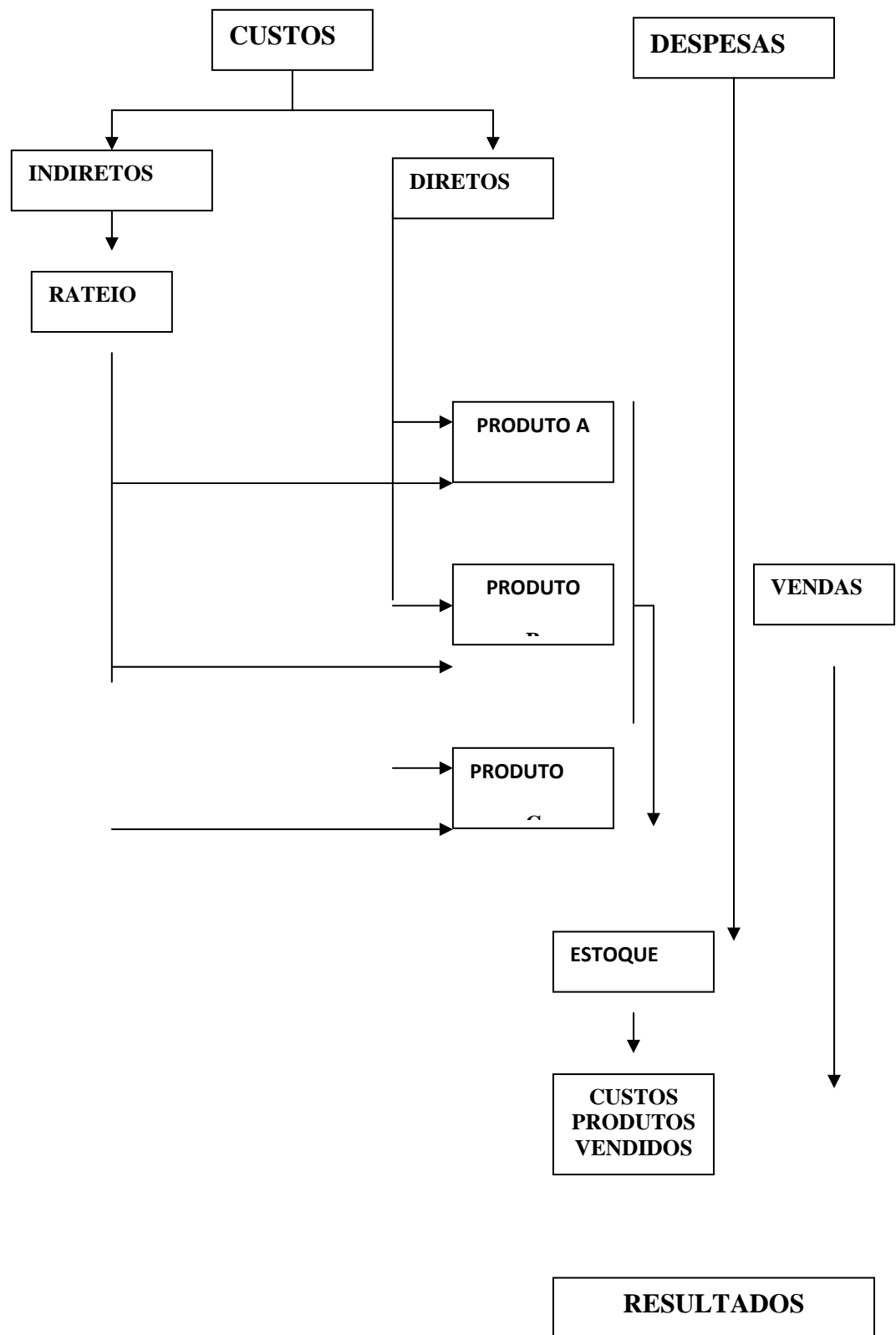
em avaliar o desempenho no passado, como ocorre nos demonstrativos anuais. Em consequência disso, os *custos contabilizáveis* são calculados pelos contadores, os quais podem especificar e incluir itens que os economistas não incluiriam, bem como excluir itens que os economistas considerariam importantes para a tomada de decisões. Não obstante a diferenças apresentadas, as definições propostas tanto pelos profissionais contabilistas, quanto pelos economistas, são bastante parecidas.

Backer e Jacobsen (1984), ambos contabilistas, afirmam que *custos de oportunidade* são resultantes de uma alternativa à qual se tenha renunciado. Martins (1990), por sua vez, salienta que esses *custos de oportunidade* são o quanto a empresa sacrificou em termos de remuneração por ter aplicado seus recursos numa alternativa ao invés de outra. No esquema ilustrado abaixo, observa-se uma estrutura para os cálculos dos custos seguindo a forma contábil tradicional.

Em princípio, por ser um esquema simplificado, os custos serão entendidos da seguinte forma, a saber:

- a. separação entre custos e despesas;
- b. apropriação dos custos diretos diretamente aos produtos;
- c. rateio dos custos indiretos.

FIGURA 1: Esquema básico de custos contabilizáveis



Fonte: Elaboração própria

Vale salientar que para separar os custos das despesas são necessários estar em sintonia com os conceitos atribuídos na linguagem contábil sobre custos, onde existem conceitos básicos como: gastos que são sacrifícios financeiro que a entidade arca para obtenção de um produto ou serviço, o sacrifício é representado pela entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro); investimentos que são gastos com bens ou serviços ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros; custos que são gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços, ou seja, são todos os gastos relativos a atividade de produção; despesas que são gastos com bens ou serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidas com a finalidade de obtenção de receitas; e perdas que são gastos não intencionais decorrente de fatores externos fortuitos ou da atividade produtiva normal da empresa.

Logo, os custos contabilizáveis são os gastos incorridos na fabricação de um produto ou na prestação de um serviço.

Com o objetivo de se entender melhor a relação custos, quer seja no uso contábil, quer no uso econômico, fazem-se necessárias algumas comparações entre profissionais das respectivas áreas. Bilas (1967), com formação em Economia, argumenta que os custos dos fatores para uma empresa são iguais aos valores destes mesmos fatores em seus melhores usos alternativos. Leftwich (1970), por sua vez, também economista, explica que o custo de uma unidade de qualquer recurso usado por uma firma é o seu valor em seu melhor uso alternativo.

Torna-se evidente que os *custos contabilizáveis* envolvem as despesas atuais e as despesas ocasionadas pela desvalorização dos equipamentos de capital, que são determinados com base no tratamento fiscal permitido pelas normas do órgão fazendário. Desse modo, pode-se observar um vácuo no sistema contábil tradicional que apenas registra os valores históricos, puros ou corrigidos, sem, contudo, contemplar as informações sobre os possíveis resultados na aplicação de recursos em usos alternativos.

Na verdade, se as empresas contabilizassem os *custos alternativos*, elas colocariam seus rendimentos econômicos em patamar de equivalência a resultados auferidos em outras alternativas, evitando, assim, falências e mudanças bruscas de setores por parte dos capitais produtivos (as quais estão sempre migrando), assim como outras surpresas desagradáveis. Estes registros, ainda que não se constituam fatos contábeis, ponderam ser atos contábeis da melhor qualidade.

Trata-se do caso, portanto, de uma empresa empregar um montante de recursos em uma determinada alternativa de investimento, no qual a contabilidade não evidencia se o resultado auferido é inferior ou superior a aplicação deste mesmo montante de recursos em outras alternativas de investimento, embora observe-se o mesmo nível de risco.

Um outro aspecto relevante no *custo de oportunidade* é que há existência de duas ou mais alternativas viáveis, em que a opção de uma alternativa implica no abandono ou sacrifício da não escolhida, no qual a escolhida é o *custo de oportunidade* da alternativa que proporciona maior satisfação. Nesse sentido, pressupõe-se que os *custos de oportunidades* são também os custos associados às

oportunidades que serão deixadas de lado, caso a empresa não empregue seus recursos de maneira mais rentável.

Pode-se, então, observar que os *custos de oportunidades* não são habitualmente percebidos na contabilidade mesmo que existam, implicitamente. Para os profissionais da área contábil, os custos considerados são aqueles em que houve gastos explícitos, ou seja, despesas com materiais que teve saída de caixa. Os custos implícitos não são contabilizados na saída do caixa, ainda que alguns conceituem de forma parecida aos economistas os *custos de oportunidade*.

1. Custos educacionais

Pode-se afirmar que os custos educacionais são os gastos incorridos na prestação de serviços educacionais, evidentemente que os mesmos decorrem da estrutura dos *custos contabilizáveis*, e utilizar-se-á a estrutura de determinação de custos por aluno do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)), apresentados a seguir:

Quadro 1: Elementos Constituintes do Simulador de Custo-aluno-INEP

Elementos de Custos	Quantidade	Valor
<u>1-Alunos e Turmas</u>		
a . Número de Alunos da Escola		
b . Número de Alunos por turma		
c . Número de turmas		
<u>2-Custos em sala de aula</u>		
a . Professores		
b . Auxiliares de classe (pode ser também estagiário)		
c . Material didático (aluno/ano)		

<p>-Material escolar</p> <p>-Material de papelaria</p> <p>-Livros, revistas,etc.</p>		
<p><u>3-Custos no Âmbito da Escola</u></p> <p><u>3.1-Administração Geral</u></p> <p>a . Diretor</p> <p>b . Vice-Diretor</p> <p>c . Secretários</p> <p>d . Vigilância</p> <p>e . Limpeza</p> <p><u>3.2-Suporte pedagógico</u></p> <p>a . Coordenadores pedagógicos</p> <p>b . Supervisores de alunos</p> <p>c . Bibliotecários</p> <p><u>3.3-Alimentação</u></p> <p>a . Merendeira</p> <p>b . Alimentos</p> <p>-Número de refeições por dia</p> <p>-Número de alunos</p> <p>-Custo unitário</p> <p><u>3.4-Equipamentos</u></p> <p>a . Reposição de equipamentos</p> <p>b . Manutenção de equipamentos</p> <p>c . Instalações</p>		

FONTE: Quadro adaptado com base no Simulador de Custo-aluno INEP: www.custoaluno.inep.gov.br

Este quadro de *custos educacionais* baseia-se no simulador de custo-aluno, o qual é um aplicativo desenvolvido pelo INEP com o objetivo de estimular o debate sobre os custos educacionais no país, levando-se em consideração de que trata-se de um tema pouco conhecido e de fundamental importância quando se pensa na construção de uma escola pública de qualidade.

O simulador de custo-aluno foi concebido de forma a possibilitar um manuseio simples e direciona-se a alunos de graduação, professores, pesquisadores e, sobretudo, a cursos de formação de licenciados.

Cabe alertar que tendo em vista sua simplicidade, os valores de custo-aluno obtidos por intermédio do simulador são apenas aproximados e oferecem tão somente uma ordem de grandeza da distribuição dos custos entre as diferentes rubricas. Por essa razão, neste trabalho já se observa uma certa modificação quanto à utilização a que se pretende fazer, salientando que se trata de um modelo importante para adaptações a cada realidade experimentada, uma vez que a área de educação é desprovida de estudos numa perspectiva dos *custos de oportunidade*, aos quais este modelo pode servir de base.

Vale destacar que o modelo proposto pelo INEP, está centrado no custeio por absorção, onde na produção do serviço, serão absorvidos todos os custos incorridos, quer sejam custos fixos ou variáveis, quer sejam diretos ou indiretos. Custos fixos, são custos que ocorrem independentemente da ocorrência de prestação de serviços, exemplo o aluguel de uma escola, mesmo que não esteja em operação o custo existe; enquanto os custos variáveis são aqueles que variam a medida em que se aumentam a demanda pelos serviços, nesse caso, os custos com recursos humanos e materiais necessários a prestação do serviço, irão aumentar a medida em que demandarem mais serviços. Custos diretos são aqueles diretamente relacionados com o serviço, enquanto os custos indiretos são os que não estão diretamente vinculados com o serviço, e que para serem vinculados aos diversos serviços prestados são necessários rateios, cálculos para fazerem a repartição dos mesmos. (Este ponto merece uma elaboração maior. Poderia ter discutido e aprofundado esta análise na seção a seguir, pois é lá que sua discussão focaliza os custos educacionais)

Custos de oportunidade na educação

Na educação, o custo por tempo prolongado foi um assunto pouco discutido, provavelmente, por este ser parte dos gastos considerados públicos e, de alguma forma, com pouco controle para comparação, no que diz respeito a melhor forma de alocá-los, isto é, o uso alternativo desses gastos. Além do mais, não era permitido pensar em educação como negócio, um serviço como outro qualquer da forma que se aborda atualmente.

Quando se aplica a idéia de *custos de oportunidade* à educação, pode-se dizer que os materiais didáticos, o equipamento escolar, os prédios e o tempo das

peças envolvidas (alunos, professores e funcionários) todos possuem custos em virtude de possuírem utilizações alternativas (VERHINE, 1998). Desta forma, os recursos dotados para a educação poderiam ter sido usados, para outro fim alternativo, por exemplo, em saneamento básico. A construção de mais uma sala de aula poderá significar o sacrifício de algum outro programa alternativo – custos com o programa “Fome Zero” para efeito de ilustração.

Castro (1973) argumenta, que numa perspectiva do aluno, o custo direto com a educação é a renda sacrificada resultante da ausência forçada, total ou parcial no mercado de trabalho. Neste sentido, não só os investidores diretos da educação alocam alternativamente seus recursos, mas os alunos, sobretudo, aqueles de escolas particulares que além do tempo empregado nos estudos (e, por sua vez, tempo equivale a dinheiro), têm *custos de oportunidade educacionais* relativos ao sacrifício a que esses últimos se submetem por sua opção.

Deveria parecer óbvio que o conceito de custo como oportunidade sacrificada fosse muito mais amplo do que o conceito de custo sendo remuneração ou despesa (VERHINE, 1998). Este autor salienta que, enquanto se tende a equiparar custos a dinheiro - em termos econômicos um custo refere-se aos recursos reais que são representados pelo gasto em dinheiro - esses recursos reais incluem não apenas os recursos comprados (e, por conseguinte, têm um preço de mercado), como também os recursos que não são vendidos ou comprados. Desse modo, para determinar os custos educacionais, o tempo dos alunos e de voluntários não remunerados deve ser considerado, uma vez que esse tempo pode ter utilizações alternativas com valor econômico.

Presume-se que o uso do conceito de *custo de oportunidade* é de essencial importância para que os relatórios contábeis possam ser mais úteis aos usuários da contabilidade.

Na verdade, a utilização do *custo de oportunidade* não deve limitar-se apenas à sua importância na apuração do resultado econômico, pois a utilização efetiva do seu conceito como auxílio à contabilidade fornece subsídios aos gestores em poder avaliar o que comprar ou o que fabricar, avaliar as taxas de retornos nas decisões sobre investimentos. Pode, inclusive, obter informações na formação e acompanhamento do cálculo do preço de venda, de que maneira a diminuir os custos de aquisição de recursos para maximizar o seu lucro, ou tomar a melhor decisão alternativa.

Nesse contexto, quando a operacionalização do conceito do *custo de oportunidade* é bem elaborada na área contábil e devidamente utilizada pela administração da organização, pode tornar-se uma ferramenta importante na geração de informações para o processo decisório.

No caso específico da educação, é preciso que os *custos de oportunidade* sejam aliados dos *custos contabilizáveis*, para que se possa visualizar a real situação das entidades, quer seja no setor privado, quer no setor público, sobretudo, neste último, onde não é possível que se pense conforme o dito popular “estamos gastando dinheiro do governo” como se este não fosse um sacrifício social do seu uso alternativo.

Logo, verifica-se que a utilização do custo de oportunidade é um instrumento valioso no processo de tomada de posição gerencial, pois, na medida em que se tem

informações sobre o custo de oportunidade pode-se escolher a melhor alternativa possível, quando se tem mais de uma a ser escolhida.

Não se pode descartar os custos contabilizáveis, pois, os mesmos propiciam informações também relevantes e de avaliação em relação aos custos incorridos, e onde se podem efetuar melhorias no processo de produção de um produto ou da prestação de um serviço, para que sejam diminuídos e assim, otimizarem o resultado das entidades quer sejam elas com fins lucrativos ou não.

REFERÊNCIAS:

BACKER, Norton; JACOBSEN, Lyle. *Contabilidade de Custos: uma abordagem gerencial*. 2 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1984.

BILAS, Richard. *A Teoria microeconômica*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

CASTRO, C. M. *Investimento em educação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.
LEFTWICH, Richard H. *O sistema de preços e alocação de recursos*. 8 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1997.

LORDELO, J. A; VERHINE, R. E. O retorno do investimento em mestrado e doutorado para professores universitários: uma avaliação econômica da educação pós-graduada. *Estudos em Avaliação Educacional*, vol. 24, jul./dez., 2001, p.165-186.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ROSSETI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. 18 ed., São Paulo: Atlas, 2000.

VERHINE, R. E. Determinação dos custos educacionais: uma análise panorâmica do estado da arte. *Revista Educação - PUC/RS*, 1998, p. 107-122.

WOODHALL, M. Análise de custo e benefício no planejamento educacional. *Cadernos de pesquisa*, vol. 16, março de 1976, p. 94-113.